

**80**

**QUESTÕES INÉDITAS**  
**TRABALHO E PROCESSO DO**  
**TRABALHO**

(CONFORME A REFORMA TRABALHISTA)

**TOMO III**

**GABARITANDO A PROVA**

**OBJETIVA**

**SÉRIE QUESTÕES INÉDITAS CEJURNORTE**

Elaboradas por aprovados em concursos públicos

Olá, meus amigos (as),

Preparei este material com muito empenho para lhe ajudar nesta árdua (mas recompensante) jornada que é o mundo dos concursos.

Neste material disponibilizo diversas questões inéditas de Trabalho e Processo do Trabalho, todas em conformidade com a Lei 13.467/2015 (Lei da Reforma trabalhista), com atenção especial para súmulas e OJS, pois as provas costumam inserir em seus enunciados estas últimas.

Ademais, é importante você saber que o STF não possui muitos julgados sobre direito do trabalho. Contudo, os poucos são continuamente cobrados. Então, inclua-os em seus estudos.

A atenção também deverá ser redobrada para os artigos reformados pela Lei n. 13.467/2015, pois o examinador adora pedir novidades e a CLT está recheada de novos artigos que, com certeza, serão muitíssimos explorados nas provas.

Vamos juntos?

A dedicação é o remédio dos obstáculos!

**Jaymerson Marques (Procurador/PA)**

**Aprovado no TRT e TRF**

Revisado por **André Epifanio Martins**

Promotor de Justiça/Amazonas

Autor da Ed. Juspodivm

*Coordenador de materiais gratuitos CEJURNORTE*

Obs: Por questões didáticas, Preferimos colocar o gabarito logo abaixo das questões. Dica: Coloque uma régua ou uma folha de papel para não ver o gabarito das questões.

# TRABALHO

## 1. Assinale a alternativa correta a respeito do direito de greve:

I – Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador. Além do que, as manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

II – A greve deve ser notificada com antecedência mínima de 24 horas, com exceção da paralisação em atividades essenciais nas quais a comunicação mínima será de 48 horas.

III – São considerados serviços ou atividades essenciais, dentre outros, o tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis, assistência médica e hospitalar, estabelecimentos escolares, telecomunicações, compensação bancária.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

## GABARITO: B

### 2. Assinale a alternativa correta com relação ao trabalho doméstico:

I – Considera-se empregado doméstico aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 3 (três) dias por semana;

II – O trabalho doméstico é permitido apenas aos maiores de 16 anos, de acordo com a Convenção no 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

III - O período de férias poderá, a critério do empregador, ser fracionado em até 2 (dois) períodos, sendo 1 (um) deles de, no mínimo, 14 (quatorze) dias corridos;

a) III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

## GABARITO: A

### 3. Assinale a alternativa correta:

I – Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

II – A exclusividade é requisito essencial da relação de emprego.

III – Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas

**GABARITO: A**

#### **4. Assinale a alternativa correta:**

I – A partir de 02.05.2017, data da publicação da ata do julgamento do RE 760.931, que fixou tese em repercussão geral a respeito da responsabilidade pelos encargos trabalhistas do Poder Público nos contratos de terceirização, tornou-se inviável reclamação com fundamento no julgado da ADC 16. Assim, a alegação de descumprimento da tese firmada em repercussão geral exige o esgotamento das vias ordinárias.

II – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual, podendo a aferição da responsabilidade se dar no processo de execução.

III – O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

- a) II e III, apenas.

- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.

**GABARITO: D**

**5. Assinale a alternativa correta conforme a legislação trabalhista:**

- a) É possível o recebimento de salário inferior ao mínimo quando o empregado receber por comissão e não alcançar a meta mínima mensal.
- b) O aposentado filiado perde o direito a ser votado nas organizações sindicais, entretanto preserva o direito de votar.
- c) É assegurado ao trabalhador urbano e rural irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção, acordo coletivo ou acordo individual.
- d) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**GABARITO: D**

**6. Assinale a alternativa correta com relação ao tema grupo econômico:**

- I - Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao

mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador.

II - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

III - Caracteriza grupo econômico a identidade de sócios, independente da demonstração do interesse integrado, da efetiva comunhão de interesses ou da atuação conjunta das empresas dele integrantes, quando beneficiar o recebimento dos créditos pelo trabalhador.

a) I e II, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

## **GABARITO: A**

### **7. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do STF:**

I – É de trinta anos o prazo para exigir judicialmente dos empregadores e tomadores de serviços o depósito de valores relativos ao FGTS, ainda que depois da Constituição em vigor;

II - O STF entendeu que o intervalo de 15 minutos para mulheres antes do início de hora extra é incompatível com a Constituição Federal por violar o princípio da isonomia.

III - É constitucional o art. 19-A da Lei 8.036/1990, que dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na conta de trabalhador cujo contrato

com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**8. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I - A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária automática do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).

III - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, exceto o dano moral que tem caráter personalíssimo.

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.



- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**9. Assinale a alternativa correta:**

I - Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho, sendo a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação quando não se tratar de atividade essencial.

II - Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a assegurar os ofícios cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

III - O Estado-Membro é responsável subsidiário com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados por esta última.

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**10. Com relação ao direito de greve não é considerado essencial serviços ou atividades de:**

- a) Distribuição e comercialização de alimentos.
- b) Funerários.
- c) Educação.
- d) Telecomunicações

**GABARITO: C**

**11. Márcia trabalha, há algum tempo, na lanchonete “TDB”, e o seu empregador vem demonstrando insatisfação com o serviço prestado por ela – sobretudo em razão das constantes reclamações do mau atendimento e do mau humor de sua funcionária. Por sua vez, Márcia também está insatisfeita com as medidas que vêm sendo adotadas pelo seu empregador. Por estas razões, o empregador e Márcia decidiram, por mútuo acordo, extinguir o contrato de trabalho.**

Nessa situação hipotética, Márcia fará jus:

- a) a metade do aviso prévio, se indenizado, além da habilitação no programa de seguro-desemprego.
- b) a metade da indenização sobre o saldo do FGTS, cuja conta vinculada poderá ser movimentada até o limite de 80%, e metade do aviso prévio, se indenizado, bem como à integralidade das demais verbas trabalhistas, mas não terá direito a habilitação no programa de seguro-desemprego.
- c) a metade da indenização sobre o saldo do FGTS, além da movimentação da conta vinculada desse fundo, limitada a 50% do valor dos depósitos.
- d) a metade do aviso prévio, se indenizado, além da habilitação no programa de seguro-desemprego.

## GABARITO: B

**12. Considerando as alterações introduzidas na legislação pela reforma trabalhista, analise os itens abaixo.**

I. As diárias para viagem recebidas no importe de 70% do salário do empregado devem integrar a sua remuneração, constituindo base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

II. Desde que haja a concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, desde que um deles não seja inferior a vinte dias corridos e os demais não sejam inferiores a cinco dias corridos, cada um.

III. Para efeito de equiparação salarial, considera-se trabalho de igual valor aquele realizado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, exigindo-se que o paradigma e o paragonado não tenham diferença de mais de quatro anos de tempo de serviço para o mesmo empregador e que a diferença de tempo na mesma função não seja superior a dois anos.

IV. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implicará o pagamento apenas do período suprimido, sendo a natureza desse pagamento indenizatória.

Estão corretos apenas os itens

- a) II, III e IV.
- b) III e IV.
- c) I e II.
- d) I, III e IV.

**GABARITO: B**

**13. Acerca do direito coletivo do trabalho, conforme a legislação em vigor, assinale a opção correta.**

- a) De acordo com a Convenção n.º 87 da OIT, as autoridades públicas devem intervir na elaboração dos estatutos e regulamentos administrativos das organizações de trabalhadores e de entidades patronais.
- b) Esgotado o prazo de vigência previsto na convenção ou no acordo coletivo, aquelas disposições negociadas devem continuar a produzir efeitos até que instrumento posterior determine sua cessação.
- c) As cláusulas e condições estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho deverão prevalecer sobre aquelas estipuladas nos acordos coletivos de trabalho.
- d) O Brasil não recepcionou a Convenção n.º 87 da OIT, já que a plena liberdade e a pluralidade sindicais contrariam o princípio da unicidade sindical.

**GABARITO: D**

**14. De acordo com a legislação trabalhista em vigor, quando determinada categoria econômica, na fase de negociação coletiva, estiver debatendo as cláusulas da convenção coletiva, será vedado às partes negociarem acerca da supressão ou redução do(a):**

- a) do enquadramento do grau de insalubridade e da prorrogação de jornada em locais insalubres.
- b) da participação nos lucros da empresa e da troca do dia de feriado.

- c) do intervalo intrajornada, respeitado o limite de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) do percentual mínimo de acréscimo de 50% à hora normal para remunerar o serviço extraordinário.

**GABARITO: D**

**15. Com fundamento na legislação em vigor, acerca dos grupos econômicos e da sucessão de empregadores, julgue os itens a seguir.**

I. Uma vez caracterizada a sucessão trabalhista, apenas a empresa sucessora responderá pelos débitos de natureza trabalhista, podendo-se acionar a empresa sucedida somente se comprovada fraude na operação societária que transferiu as atividades e os contratos de trabalho.

II. Para a justiça do trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de um grupo econômico.

III. Configurado o grupo econômico, as empresas responderão subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

**GABARITO: A**

**16. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do STF:**

I - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS é devido aos servidores temporários, nas hipóteses em que há declaração de nulidade do contrato firmado com a Administração Pública.

II - A taxa progressiva de juros se aplica às contas vinculadas ao FGTS de trabalhadores qualificados como avulsos.

III - É inconstitucional o art. 19-A da Lei 8.036/1990, que dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o direito ao salário.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**17. Assinale a alternativa correta:**

I – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

II - Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

III - O aposentado filiado perde o direito a ser votado nas organizações sindicais, entretanto preserva o direito de votar.

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**18. Assinale a alternativa correta:**

I - É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

II - Nas empresas de mais de mil empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

III - É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**19. Assinale a alternativa correta:**

I – É assegurado ao trabalhador urbano e rural o seguro-desemprego em qualquer hipótese.

II - É assegurado ao trabalhador urbano e rural irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção, acordo coletivo ou acordo individual.

III - É assegurada ao trabalhador urbano e rural a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**20. Assinale a alternativa correta conforme a legislação trabalhista:**

a) É possível o recebimento de salário inferior ao mínimo quando o empregado receber por comissão e não alcançar a meta mínima mensal.

b) Em caso de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento a jornada máxima de trabalho é de 8 horas, salvo negociação coletiva.

c) Incentivos ao mercado de trabalho da mulher são inconstitucionais por violar o princípio da isonomia.



d) É assegurado ao trabalhador urbano e rural seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

**GABARITO: D**

**21. Assinale a alternativa correta, conforme jurisprudência do STF:**

I - A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado.

II - Os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista não fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, por este motivo a dispensa pode ser feita sem motivação.

III - É inconstitucional o art. 19-A da Lei 8.036/1990, que dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o direito ao salário.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

## **22. Assinale a alternativa correta, conforme jurisprudência do STF:**

I – É de trinta anos o prazo para exigir judicialmente dos empregadores e tomadores de serviços o depósito de valores relativos ao FGTS, ainda que depois da Constituição em vigor;

II - o art. 7º, XXIX, da CF contém determinação expressa acerca do prazo de prescrição referente à propositura de ações atinentes a “créditos resultantes das relações de trabalho”, desta forma o prazo prescricional do FGTS deve ser o de cinco anos.

III - O STF declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e do art. 55 do Decreto 99.684/1990, com eficácia ex nunc, de modo a alcançar apenas os processos ajuizados posteriormente à data deste julgamento (Lei 9.868/1999, art. 27), no que tange ao prazo prescricional do FGTS.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: D**

## **23. Assinale a alternativa correta, conforme jurisprudência do TST:**

I - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

II - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações,

inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).

III - VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, exceto o dano moral que tem caráter personalíssimo.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

## **GABARITO: B**

### **24. Assinale a alternativa correta, conforme jurisprudência do TST:**

I - A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

III - O Estado-Membro não é responsável subsidiária ou solidariamente com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados

por esta última, que deverão ser suportados integral e exclusivamente pelo real empregador.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**25. Assinale a alternativa incorreta, conforme a legislação trabalhista:**

- a) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- b) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- c) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- d) O empregado contratado sob regime de tempo parcial não pode converter parte do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

**GABARITO: D**

## 26. Julgue os itens CORRETOS:

I – Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

II - Caracteriza grupo econômico a identidade de sócios em diversos empreendimentos, ainda não haja demonstração do interesse integrado ou comunhão de interesses, em função do princípio protetor.

III - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

**GABARITO: A**

## 27. Julgue os itens CORRETOS:

I – Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

II - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

III - Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

**GABARITO: C**

## **28. Julgue os itens CORRETOS:**

I – O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

II - O sócio retirante responderá com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, caso não haja o pagamento por parte da empresa devedora ou dos sócios atuais.

III - A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

**GABARITO: B**

**29. Julgue os itens CORRETOS:**

I – A Carteira de Trabalho e Previdência Social faz presunção das anotações em si constantes juris et de jure.

II - Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, até 30 (trinta) dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.

III - É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

- a) II e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

**GABARITO: A**

**30. Julgue os itens CORRETOS:**

I – Conforme proclama a CLT, Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

II – Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à 1/3 do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

III Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, em 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

- a) II e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.

**GABARITO: D**

### **31. Julgue os itens CORRETOS conforme jurisprudência do TST:**

I - A utilização do polígrafo nas relações laborais configura ato ilícito, que atinge a dignidade humana e os direitos da personalidade do empregado, notadamente a honra, a vida privada e a intimidade, dando ensejo ao pagamento de indenização por danos morais.

II - Lei estadual que cria parcela remuneratória em benefício de servidores públicos celetistas equipara-se a regulamento empresarial, já que é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho (art. 22, I, da CF).



III - A retenção ilícita da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, configurada quando o trabalhador não tem devolvida sua carteira de trabalho após quarenta e oito horas (art. 53 da CLT), acarreta dano moral in re ipsa, vale dizer, decorrente do próprio ato de retenção, motivo por que não se exige do empregado a comprovação do sofrimento, constrangimento ou prejuízo sofridos.

IV - É possível o desconto de valores relativos a empréstimo consignado sobre as verbas rescisórias, desde que respeitado o limite imposto pelo art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003.

- a) I e II, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

**GABARITO: C**

**32. Conforme legislação trabalhista assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- b) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- c) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

d) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

e) É lícito o regime de compensação de jornada no mesmo mês quando exclusivamente estabelecido por acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

## **GABARITO: E**

### **33. Julgue os itens CORRETOS conforme legislação trabalhista:**

I - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.

II - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

III - A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

IV - Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

a) I e II, apenas.

b) IV, apenas.

c) I, II, III e IV.

d) II, III e IV, apenas.

e) I e III, apenas.

**GABARITO: D**

**34. Julgue os itens CORRETOS conforme legislação trabalhista:**

I - A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

II - Considera-se noturno, com relação ao empregado urbano, o trabalho executado entre às 20 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte.

III - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias a 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 7 (sete) vezes.

IV - Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 30 dias, embora descontínuos.

- a) I, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

**GABARITO: A**

**35. São hipóteses de interrupção do contrato de trabalho EXCETO:**

- a) Férias
- b) Descanso Semanal Remunerado

- c) Faltas Justificadas
- d) Intervalo Interjornada
- e) Licença Remunerada

**GABARITO: D**

**36. De acordo com a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Não se convalidam os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.
- b) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- c) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- d) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- e) A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade.

**GABARITO: A**

**37. Assinale a alternativa INCORRETA, tendo em vista a legislação em vigor e a Jurisprudência consolidada do TST:**

- a) A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, não pagando os juros os quais a tomadora dos serviços incidiu pela mora no adimplemento da condenação.
- b) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções. Aplicação analógica do art. 12, “a”, da Lei nº 6.019, de 03.01.1974.
- c) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- d) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- e) Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

**GABARITO: A**

**38. Com relação à terceirização assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Em conformidade com a Súmula 331 do TST, a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
- b) É proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei.
- c) Conforme a Lei 13.429/2017, o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.
- d) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- e) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, tendo em vista que a parte hipossuficiente não pode ser prejudicada pela contratação feita pelo ente público.

**GABARITO: E**

**39. Com relação ao teletrabalho assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.
- b) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.
- c) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.
- d) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
- e) As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

**GABARITO: B**

**40. Com relação ao trabalho intermitente assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário

do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

b) O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, um mês de antecedência.

c) Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

d) O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

e) Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas: remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional, repouso semanal remunerado e adicionais legais.

## GABARITO: B

➤ **Preencha quantas você acertou!**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**Igual ou superior a 35** – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

**31 a 34** – MUITO BOM.

**21 A 30** – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE TRABALHO.

**Igual ou abaixo de 20** – VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A TRABALHO?



# PROCESSO DO TRABALHO

**1. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I – Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.

II – Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

III – O procedimento de alçada se aplica na ação rescisória e no mandado de segurança.

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) I e II, apenas.

**GABARITO: D**

## 2. Assinale a alternativa correta:

I – A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da CF, alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

II – Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

III – No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

a) III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

## GABARITO: C

## 3. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:

I – Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.

II – Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

III – O termo de conciliação firmado na audiência trabalhista não pode ser impugnado por meio de ação rescisória, mas tão somente por ação anulatória de negócio jurídico.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

**GABARITO: D**

**4. Assinale a alternativa correta a respeito da execução trabalhista:**

I – Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

II – Independente da garantia do juízo, terá o executado 05 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

III – Nos embargos à execução podem ser alegadas quaisquer matérias de defesa, não havendo limitação legal.

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**5. Assinale a alternativa incorreta sobre recurso de revista na jurisprudência do TST:**

a) Ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

b) É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

- c) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- d) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

**GABARITO: C**

### **6.Assinale a alternativa correta:**

- I - O ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito, bem como ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.
- II - Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- III – A distribuição dinâmica do ônus da prova é técnica de julgamento e não de instrução.
- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

## **7. Assinale a alternativa correta, considerando a reforma trabalhista:**

I - Oferecida a contestação apenas eletronicamente o reclamante poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação até a oitiva das testemunhas.

II - É facultado ao empregador na audiência fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente, devendo este ser obrigatoriamente empregado da parte reclamada.

III - O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II, apenas.

## **GABARITO: A**

## **8. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I – A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho do artigo 1.029, § 5º, do CPC de 2015.

II - No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe agravo de instrumento.

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do agravo de instrumento que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.

- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**9. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I - Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois não obedece à gradação prevista no art. 835 do CPC de 2015.

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, pois é o meio menos gravoso ao executado.

III - Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**10. Cabe Recurso de Revista:**

- a) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de violação literal de disposição de lei federal.
- b) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de violação indireta a dispositivo da Constituição.

- c) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- d) Das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

**GABARITO: D**

**11. No processo do trabalho, a prescrição intercorrente ocorrerá no prazo de:**

- a) dois anos.
- b) três anos.
- c) quatro anos.
- d) cinco anos.

**GABARITO: A**

**12. À luz do entendimento do TST acerca da ação rescisória no processo do trabalho, assinale a opção correta.**

- a) A discussão sobre os prazos prescricional dos créditos trabalhistas, se total ou parcial, pode ser objeto de ação rescisória.
- b) A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda poderá ser considerada prova nova, mesmo que não tenha sido exibida no processo originário por negligência da parte.

- c) O silêncio da parte vencedora a respeito de fatos contrários a ela não constitui dolo processual capaz de subsidiar ação rescisória.
- d) O sindicato não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, ainda que tenha atuado como substituto processual na reclamação trabalhista que tiver originado a sentença rescindenda.

**GABARITO: C**

**13. Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista na hipótese de:**

- a) violação à CLT, contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a divergência estabelecida entre os TRTs.
- b) divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- c) violação às normas estabelecidas em convenção coletiva do trabalho da categoria ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- d) contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do STF, bem como por violação direta à CF.

**GABARITO: D**

**14. Julgue os seguintes itens, acerca dos procedimentos nos dissídios individuais.**

- I. De acordo com o entendimento do TST, o jus postulandi abrange a atuação nas varas do trabalho e nos TRTs, inclusive no que se refere aos mandados de segurança.
- II. Ao advogado, ainda que atuando em causa própria, serão devidos honorários sucumbenciais, inclusive nas ações contra a fazenda pública.



III A exceção de incompetência territorial deverá ser suscitada, por petição, antes da realização da audiência, no prazo de cinco dias a contar da notificação.

IV Ainda que o advogado esteja presente na audiência, a ausência do reclamado impossibilitará a entrega da contestação e de documentos a ela acostados.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.

**GABARITO: D**

**15. De acordo com o disposto na CLT e com a jurisprudência do TST a respeito da execução trabalhista, a parte executada será citada para pagar a quantia devida ou indicar bens à penhora no prazo de:**

- a) vinte e quatro horas.
- b) trinta e seis horas.
- c) quarenta e oito horas.
- d) setenta e duas horas.

**GABARITO: C**

**16. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do STF:**

I - A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da CF, alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

II - O prazo prescricional para a cobrança judicial dos valores devidos relativos ao FGTS é de 30 anos.

III - O prazo prescricional para a cobrança judicial dos valores devidos relativos ao FGTS é de 10 anos, aplicando-se o prazo geral de prescrição do Código Civil.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**17. Assinale a alternativa correta:**

I – É princípio recursal trabalhista a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.

II - A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado trabalhista.

III - No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: C**

**18. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I – Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

II - A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

III - Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, bem como por violação direta da Constituição Federal.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

## **GABARITO: D**

### **19. Assinale a alternativa correta a respeito da execução trabalhista:**

I - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 (quinze) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

II – Nos embargos à execução legalmente a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

III - Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

**GABARITO: D**

**20. Cabe Recurso de Revista:**

- a) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- b) É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.
- c) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são títulos executivos judiciais.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.

**GABARITO: C**

**21. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

- I - O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- II - Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.

III - Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: C**

**22. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I - O litisconsórcio, na ação composta, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.

II - Em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é originário, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide.

III - O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**23. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I – A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho do artigo 1.029, § 5º, do CPC de 2015.

II - No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe agravo de instrumento.

III - A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do agravo de instrumento que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**24. Assinale a alternativa correta conforme jurisprudência do TST:**

I - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no art. 835 do CPC de 2015.

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 840, I, do CPC de 2015.

III - Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: C**

**25. Cabe Recurso de Revista:**

- a) Das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de violação literal de disposição de lei federal.
- c) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- d) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, na demonstração de violação indireta a dispositivo da Constituição.

**GABARITO: A**

**26. Julgue os itens CORRETOS, conforme a legislação trabalhista:**

- I – A compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa.

II – Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena de preempção.

III - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

- a) II e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.

**GABARITO: C**

**27. Julgue os itens CORRETOS, conforme a jurisprudência do TST:**

I – O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limitase às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

III – Não se convalidam os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.

**GABARITO: A**



**28. Julgue os itens CORRETOS, conforme a jurisprudência do TST:**

I – Aplica-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 932 do CPC de 2015, que trata dos poderes do relator em decidir de forma monocrática nas hipóteses legais.

II – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

III – Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: A**

**29. Julgue os itens CORRETOS, conforme a jurisprudência do TST:**

I – Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.

II – Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIII, e 195, I, “a”, da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (arts. 11 e 22 da Lei nº 8.212/1991).

III – O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade, por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 489 do CPC de 2015 (art. 458 do CPC de 1973) ou do art. 93, IX, da CF/1988.

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: C**

**30. Julgue os itens CORRETOS, conforme a jurisprudência do TST:**

I – É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome do outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam.

II – Verificada a irregularidade de representação da parte na instância originária, o juiz designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, extinguirá o processo, sem resolução de mérito, se a providência couber ao reclamante, ou considerará revel o reclamado, se a providência lhe couber.

III – Caso a irregularidade de representação da parte seja constatada em fase recursal, o relator designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente, ou determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**GABARITO: B**

**31. É cabível Recurso de Revista nas seguintes hipóteses, EXCETO:**

- a) Decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- b) Decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a, do art. 896 da CLT.
- c) Decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
- d) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

**GABARITO: D**

**32. Com relação ao procedimento sumaríssimo assinale a alternativa CORRETA**

- a) Não será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Será admitido recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- d) É possível o procedimento sumaríssimo nas demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- e) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

**GABARITO: E**

**33. No que toca ao incidente de descon sideração da personalidade jurídica no Processo Trabalhista assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Há expressa previsão na CLT de que se aplica ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica prevista no CPC.
- b) A instauração do incidente não suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar.
- c) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de cognição, cabendo recurso de agravo de instrumento.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de execução, cabe agravo de petição, condicionada à garantia do juízo obrigatoriamente.
- e) Em incidente instaurado originariamente no tribunal a decisão a respeito da descon sideração da personalidade jurídica obrigatoriamente tem que ser tomada pelo órgão

colegiado competente, não cabendo ao relator monocraticamente decidir, devendo levar o feito ao órgão colegiado para decisão.

**GABARITO: A**

**34. Com relação ao processo de homologação de acordo extrajudicial assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
- b) As partes poderão ser representadas por advogado comum.
- c) A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- d) No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- e) O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

**GABARITO: B**

**35. Com relação à execução assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) São títulos executivos as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- b) A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal não alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

- c) É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio. Por sua vez, é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- e) O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário de contribuição, na forma do art. 28da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

## **GABARITO: B**

**36. Em conformidade com a Lei 13.467/2017, que realizou diversas alterações na legislação trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA no que tange aos honorários advocatícios no processo trabalhista:**

- a) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- b) Os honorários são devidos nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
- c) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- d) Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrarará honorários de sucumbência recíproca, permitida a compensação entre os honorários quando beneficiar o reclamante empregado.
- e) Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser

executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

## **GABARITO: D**

### **37. Com relação ao reexame necessário, assinale o item INCORRETO em conformidade com a jurisprudência do TST:**

- a) Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a: a) 1.000 (mil) salários mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; b) 500 (quinhentos) salários mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; c) 100 (cem) salários mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) Não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos;
- c) Não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, bem como entendimento coincidente com orientação vinculante ou meramente orientativa firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- d) Em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses em que a decisão não está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- e) Em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da

ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

**GABARITO: C**

**38. Com relação ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a resposta CORRETA:**

- a) Não se aplica ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de cognição, cabe recurso de agravo de instrumento.
- c) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal, não cabe recurso de imediato, na forma do § 1o do art. 893 desta Consolidação.
- e) A instauração do incidente não suspenderá o processo, tendo em vista o princípio da duração razoável do processo, prioritário na Justiça do Trabalho.

**GABARITO: C**

**39. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao julgamento de Recurso de Revista:**

- a) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria



ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

b) O Presidente da Turma ou da Seção Especializada, por indicação dos relatores, afetará um ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento pela Seção Especializada em Dissídios Individuais ou pelo Tribunal Pleno, sob o rito dos recursos repetitivos.

c) O Presidente da Turma ou da Seção Especializada que afetar processo para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos deverá expedir comunicação aos demais Presidentes de Turma ou de Seção Especializada, que poderão afetar outros processos sobre a questão para julgamento conjunto, a fim de conferir ao órgão julgador visão global da questão.

d) Não é cabível a intervenção de amicus curiae no julgamento de Recurso de Revista sob o rito dos recursos repetitivo.

e) Caso a questão afetada e julgada sob o rito dos recursos repetitivos também contenha questão constitucional, a decisão proferida pelo Tribunal Pleno não obstará o conhecimento de eventuais recursos extraordinários sobre a questão constitucional.

## **GABARITO: D**

### **40. Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) A Lei 13.467/2017, que realizou diversas alterações na legislação trabalhista, positivou a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova no Processo Trabalhista, aderindo a corrente doutrinária que lhe via como regra de julgamento e não regra de instrução.

b) Em regra, o ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

c) O ônus da prova incumbe ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante;

d) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo do ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de

modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído;

e) A carga dinâmica do ônus da prova na CLT traz impeditivo legal à configuração da prova diabólica.

## GABARITO: A

➤ **Preencha quantas você acertou!**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**Igual ou superior a 35** – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

**31 a 34** – MUITO BOM.

**21 A 30** – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE TRABALHO.

**Igual ou abaixo de 20** – VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A PROCESSO DO TRABALHO?

***Ps. Você tem ideias de novos assuntos ou quer compartilhar materiais conosco?!***



*Envie e-mail para [materiaiscejurnorte@gmail.com](mailto:materiaiscejurnorte@gmail.com) que teremos o prazer em analisar e, quem sabe, disponibilizar o seu material após revisão e complementação pela nossa equipe! Todos os direitos autorais e devidas citações serão respeitados! 😊*

*Gostou do material?*

*Então tira uma foto dos pdfs e marque o @cejurnorte! Nossos orientadores ficarão felizes e ainda mais motivados!*